



**PROGRAMA PARANÁ 12 MESES: UM OLHAR SOBRE O
PROCESSO DE (DES) (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DOS
MORADORES DE UMA VILA RURAL**

**PARANÁ 12 MONTHS PROGRAM: A VIEW OF (DE) (RE) TERRITORIALIZA-
TION PROCESS OF THE RESIDENTS OF A RURAL VILLAGE**

EDI CARLOS DE OLIVEIRA

Universidade Estadual de Maringá
Email: edicarlosdeoliveira@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6316-6142>

PRISCILLA BORGONHONI CHAGAS

Universidade Estadual de Maringá
Email: pbchagas@uem.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0337-9717>

:

RESUMO

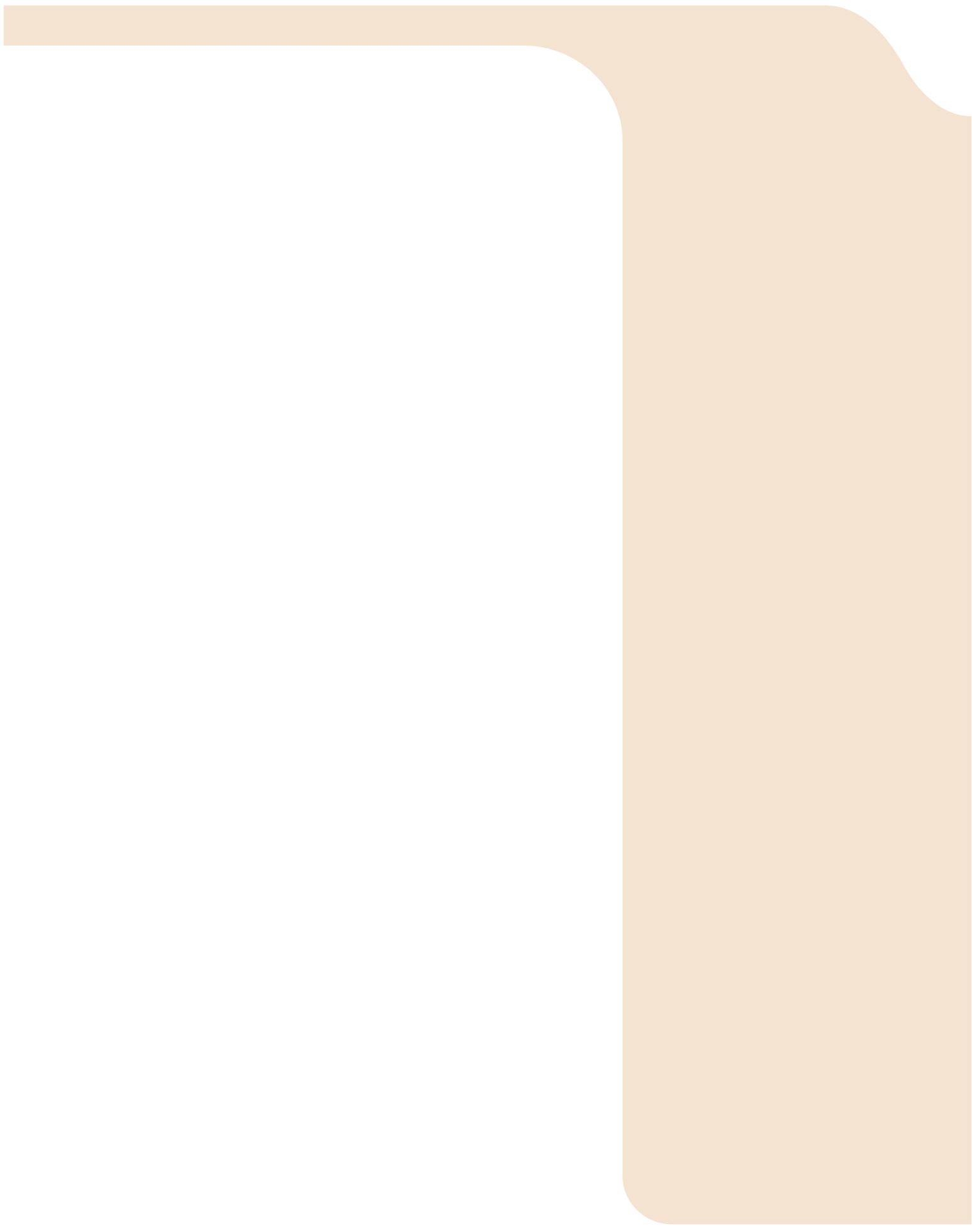
O objetivo do artigo foi compreender como a atuação dos atores sintagmáticos do Programa "Paraná 12 meses" afetou a (des)(re) territorialização dos moradores da vila rural Silvío Faccin, em Presidente Castelo Branco – PR. Realizou-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, com abordagem temporal e perspectiva longitudinal. Foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas com moradores da vila rural e uma entrevista com um vereador municipal, analisadas pela técnica de análise de conteúdo. Os dados demonstraram que a atuação dos atores sintagmáticos afetou os moradores por meio dos processos de (des)(re) territorialização e que o programa não alcançou os objetivos constantes no escopo do projeto original, pois ao urbanizar o território, que foi implementado como área rural, abriu-se precedentes para a cobrança de impostos urbanos e a consideração desta vila como parte do espaço urbano, evidenciando práticas de segregação e a percepção de que a vila rural se tornou um "território de abandono".

Palavras-Chave: Território; Atores Sintagmáticos; Processo TDR; Programa Paraná 12 Meses; Vila Rural.

ABSTRACT

The paper aims to understand how the performance of syntagmatic actors of the "Paraná 12 months" program affected the (de)(re)territorialization of the residents of Silvío Faccin Rural Village, in Presidente Castelo Branco – PR. A qualitative and descriptive research was carried out, with a temporal approach and a longitudinal perspective. Ten semi-structured interviews were conducted with residents of rural village and an interview with a municipal councilor, analyzed using the content analysis technique. The data showed that the performance of syntagmatic actors affected the residents through the processes of (de)(re)territorialization and that the program did not achieve the objectives contained in the scope of the original project, since when urbanizing the territory, which was implemented as an area rural, precedents were set for the collection of urban taxes and the consideration of this village as part of the urban space, evidencing segregation practices and the perception that the rural village has become an "abandonment territory".

Keywords: Territory; Syntagmatic actors; TDR Process; Paraná 12 months Program; Rural village.



1 Introdução

No Brasil, na década de 1970, o Estado do Paraná foi marcado por um forte êxodo rural, fazendo com que as pequenas propriedades rurais passassem a ser incorporadas às propriedades dos grandes latifundiários; e, em 1990, houve um aumento populacional expressivo nas periferias das cidades, contribuindo para o aumento da pobreza, principalmente do trabalhador rural volante, conhecido como boia-fria (CAVALCANTI, 2009).

Nesse contexto, a partir de uma iniciativa governamental, foi criado em 1995 o programa “Paraná 12 meses” – subprograma Vilas Rurais, uma política pública que propôs a resolução dos problemas vinculados ao êxodo rural e melhoria das condições de vida do boia-fria, que se encontrava em dificuldade, tanto em relação à moradia quanto ao trabalho (FERNANDES; PONTE, 2002).

O subprograma foi desenvolvido com a finalidade de fomentar o desenvolvimento rural no Estado do Paraná por meio de ações sustentáveis para a geração de emprego, combate à pobreza, melhoria nas condições de saneamento básico e moradia ao trabalhador rural e sua família (PARANÁ, 1996), para diminuição da migração rural e urbana, ampliação do acesso a bens e serviços, aumento da renda familiar e integração do núcleo familiar na sociedade (MARQUES; VERDE, 2007).

Esse projeto governamental se distancia das ações e políticas públicas desenvolvidas por outros países quanto ao combate à pobreza e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o que justifica a investigação. Isto porque essas vilas rurais foram construídas em espaços rurais sem muita estrutura, territórios nus, sem significados e histórias, de modo que a resignificação se torna real por meio da territorialização-desterritorialização-reterritorialização (processo TDR), proposto por Haesbaert (2007).

Para a compreensão do processo TDR, é preciso discutir os conceitos de espaço e território, que mesmo sendo fortemente estudados pela Geografia, vêm ganhando cada vez mais atenção no campo da Administração. O espaço é construído social e historicamente, de modo que “[...] sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 248); e, a partir do momento em que atores exprimem relações de poder sobre ele, surge um território. Dessa forma, entender o espaço como reflexo de ações que se realizam no presente e que deixaram marcas

expressas por meio do passado (CORRÊA, 2004) faz com que haja uma percepção do território como um espaço marcado pelas relações de poder (SAQUET, 2013).

Essas relações são expressas por atores sintagmáticos, que segundo Raffestin (1993), são os sujeitos (atores/indivíduos) envolvidos em diferentes relações, constituindo organizações que são controladas por eles, no sentido de realizar sua finalidade por meio da articulação ao longo do processo, que é promovido por relações que envolvem o poder. O(s) ator(es) sintagmático(s) realiza(m) articulações, do Estado ao indivíduo, na busca pela integração de variadas e múltiplas capacidades com o intuito de produzir diferentes territórios.

Ao se voltar à cidade como a sede administrativa de um município, que é constituído pelos espaços urbano e rural, o subprograma Vilas Rurais ganha mais uma justificativa em termos de investigação, pois se trata de um espaço rural com algumas características que o assemelham ao espaço urbano, principalmente em relação à territorialidade. Assim, o espaço urbano produzido, caracterizado por múltiplos territórios, é moldado a partir da interação de múltiplos atores sintagmáticos, sendo que o principal deles é o Estado, como será discutido neste artigo.

Entendendo a cidade como um território e levando-se em consideração que Presidente Castelo Branco/PR possui três vilas rurais, optou-se por realizar a pesquisa em apenas uma delas, pois Bernardo e Ichikawa (2019, p. 120) destacam que “[...] em um mesmo espaço podemos ter a construção de mais de um território, cada qual com a sua dinâmica de territorialidade”, pois “[...] os territórios possuem diferenças de acordo com os grupos de poderes que agem sobre ele” (PEREIRA; CHAGAS; BANKUTI, 2019, p. 111).

Partindo-se dessas premissas, o objetivo deste artigo é compreender como a atuação dos atores sintagmáticos do programa “Paraná 12 meses” afetou a (des)(re) territorialização dos moradores da vila rural Silvio Faccin, em Presidente Castelo Branco – PR. Assim, são apresentados o escopo do programa governamental “Paraná 12 meses” e as propostas do governo (ator sintagmático) na implementação do subprograma Vilas Rurais.

O artigo pretende contribuir com as discussões sobre a produção do espaço, os agentes sociais envolvidos e as transformações sociais ocorridas após a implementação de uma iniciativa governamental, indo ao encontro de trabalhos que se inserem na chamada “virada espacial” em estudos no campo das ciências humanas e sociais, ao compreenderem a realidade através da centralidade da

noção de “produção do espaço”, que decorre do pressuposto de que a produção do espaço é imanente à produção da vida e, sendo assim, é preciso entender as relações sociais imbricadas em um espaço e tempo (CARLOS, 2015).

O trabalho é composto de seis seções, além desta introdução. Nas duas seções a seguir são apresentadas as discussões teóricas acerca dos conceitos de espaço e território e dos atores sintagmáticos que se relacionam e se articulam, configurando os territórios. Logo após é apresentado o programa Paraná 12 Meses, com foco no subprograma Vilas Rurais. A quinta seção apresenta o percurso metodológico utilizado na pesquisa. A sexta seção discorre sobre os resultados do estudo, evidenciando as abordagens de espaço e território para a compreensão do processo TDR no âmbito da vila rural Silvio Faccin, quando da implantação do subprograma Vilas Rurais, por meio do programa governamental “Paraná 12 meses”. Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa.

2 Espaço, Território e o Processo de (Des)(Re) Territorialização

Historicamente a Geografia abarcou estudos voltados para a discussão das cidades, tendo em vista que é a área do conhecimento que foi pioneira nos estudos sobre territorialidades (RAFFESTIN, 1993); porém, nas últimas décadas, essa temática passou a compor o rol de pesquisas ligadas ao campo da Administração. Ainda é comum a confusão existente em relação ao espaço e ao território (SANTOS; SILVEIRA, 2006), mas esses conceitos “[...] não são termos equivalentes [...] o espaço é anterior ao território” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O espaço é construído social e historicamente, sendo que “sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 248). O espaço se subordina à lógica de mercadoria, visível nas “[...] formas e conteúdos do valor de uso que são gerados pela dinâmica da vida cotidiana, um espaço passível de ser fragmentado, homogeneizado, hierarquizado, um espaço alienado e fonte de alienação” (CHAGAS; TONON, 2015, p. 5).

Para Bernardo e Ichikawa (2019), a posse do espaço pode se dar por um único indivíduo ou por um grupo de indivíduos, de forma legal ou abstrata, sendo que essa apropriação (simbólica) pode ocorrer por diferentes indivíduos ao mesmo tempo [atores sintagmáticos e cidadãos comuns] e, ao ocorrer dessa forma, possibilita a

visualização de territórios distintos sendo constituídos em um mesmo espaço geográfico.

Quanto ao território, Chagas e Tonon (2015, p. 4) destacam que “o termo território é carregado de variados conceitos e usado de forma distinta dependendo do momento histórico” e também uma menção à noção de limite simbólico, que delimita o espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993). Vale ressaltar que, para Raffestin (1993, p. 83), “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”. Isso contribui para a cristalização de uma territorialidade no espaço, por meio das atividades que são desenvolvidas cotidianamente (SAQUET, 2007).

Ao territorializar um espaço geográfico, é necessário que os sentidos, funções e significados sejam alterados, ou seja, “é necessário que haja uma relação de posse, de apropriação por parte de alguém ou de algum grupo” (BERNARDO; ICHIKAWA, 2019, p. 110), pois “[...] é espaço da vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos” (SAQUET, 2007, p. 73).

Para Santos (2006, p. 140), “o território usado é o chão mais a identidade [...] é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence [...] é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Assim, o território é resultado da organização/diversificação que tem a função de: “a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um trampolim para oportunidades” (SAQUET, 2013, p. 27).

Nessa perspectiva, o território se define a partir de relações sociais (ou culturais) e se sustenta por meio do valor simbólico (HAESBAERT, 2007), tendo em vista que “a ligação do território com a natureza é explícita e, nessa ligação, o território se torna, antes de mais nada, uma fonte de recursos, ‘meios materiais de existência’” (HAESBAERT, 2007, p. 47), um espaço que evidencia relações marcadas por poder (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2007).

Outra forma de se caracterizar e compreender o território é por meio da abordagem E-P-C-N (econômica, política, cultural e natural), proposta por Saquet (2007), cujos elementos são exteriores ao próprio homem. Essa abordagem permite uma visão macro do território ao tomar como parâmetro a existência de elementos

materiais e imateriais (PEREIRA; CHAGAS; BANKUTI, 2019), levando-se em consideração que

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade (SAQUET, 2007, p. 57-58).

Um aspecto relevante dessa reflexão de Saquet (2007) é que existem diferentes interfaces/interligações entre as diferentes abordagens do território, de modo que os processos de apropriação (abordagem E-P-C-N) são resultados dessa articulação e unidade. Assim, essas quatro abordagens do território refletem os binômios materialismo-idealismo e espaço-tempo, sendo que o primeiro binômio enfatiza uma perspectiva integradora para a percepção do território, e, o segundo binômio possui um caráter mais absoluto/relacional quanto à dinâmica temporal, social e histórica do território (HAESBAERT, 2004).

No tocante a esses aspectos, “[...] o território é modificado pelas pessoas mas, da mesma forma, modifica a identidade delas por meio dos sentimentos envolvidos e das influências de dominação nas relações de poder” (BERNARDO; ICHIKAWA, 2019, p.115), tendo em vista que “o território é produto social e condição” (SAQUET, 2009, p. 90), ou ainda, “[...] conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial [...]” (SAQUET, 2009, p. 90), sendo considerado “[...] a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Sendo a territorialidade uma condição/resultado para o processo de territorialização (SAQUET, 2009), suas premissas são visíveis tanto no campo quanto na cidade, pois “[...] estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial [...] que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos” (SAQUET, 2009, p. 89-90). Assim, pode-se dizer que “[...] os territórios são vivenciados material e simbolicamente pelos sujeitos, pois eles participam de sua elaboração. Esse processo resulta na formação de territorialidades, ou seja, o consumo dos efeitos das relações de poder” (CHAGAS; TONON, 2015, p. 6).

A territorialidade se pauta por meio da produção, da troca e do consumo realizado entre os diversos atores (RAFFESTIN, 1993), sendo representada por meio das formas que os indivíduos se organizam no espaço, utilizam a terra e dão sentido e

significado ao lugar, o que contribui para o estabelecimento de novos territórios e territorialidades (PEREIRA; CHAGAS; BANKUTI, 2019), podendo ser compreendida “[...] como um fenômeno comportamental relacionado aos espaços” (BERNARDO; ICHIKAWA, 2019, p. 114).

Para Saquet (2007, p. 70), “as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as novas territorialidades”. Por essa razão, mostra-se relevante a compreensão dos processos de (des)(re) territorialização não somente na geografia, mas nas outras ciências sociais, que estão “[...] preocupadas cada vez mais com a dimensão espacial da sociedade” (HAESBAERT, 2007, p. 43). Dessa forma, Haesbaert (2007) advoga que,

[...] podemos pensar a desterritorialização como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr “paralelo” a um movimento territorializador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretado como um processo relacional, des-territorializador, em que o próprio território se torna mais complexo, múltiplo, por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, mais inflexível e fechado, marcado pelos muros que separam ricos e pobres, grupos “mais” e “menos seguros”, mais e menos “territorializados” (HAESBAERT, 2007, p. 66).

Essa diferença social também é abordada por Haesbaert e Bruce (2002), quando citam o boia-fria como exemplo, como um indivíduo que sempre está em um processo de desterritorialização e reterritorialização, pois no momento em que “[...] chega a época da colheita ele se desterritorializa, abre os agenciamentos e vai se reterritorializar no trabalho na lavoura. Quando este termina, ele novamente vivencia os agenciamentos da vida urbana” (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 13).

Por essa razão, a desterritorialização interfere nas raízes sociais e culturais do cotidiano dos indivíduos, fazendo com que estes percam os significados [concretos/simbólicos] em relação ao espaço ocupado; e depois, ao se reterritorializar, buscam estabelecer seus vínculos e criar ressignificações e redimensionamentos que substituirão aqueles pertencentes ao espaço ocupado anteriormente (MEDEIROS, 2009).

Para Haesbaert e Bruce (2002), é comum na vida cotidiana os indivíduos mudarem de um território para outro, sem destruir o território abandonado. Esse processo de mudança faz com que os indivíduos busquem novas formas de delimitar seus territórios, por meio da reterritorialização, que “[...] é o movimento de construção do território” (HAESBAERT, 2016, p. 127), no qual novos territórios são organizados pela

"[...] criação de novos vínculos em substituição aos perdidos" (PEREIRA; CARRIERI, 2005, p. 3).

Assim, por meio da saída e da chegada, os indivíduos sofrem ao atravessarem a fronteira do desconhecido, sendo que para minimizar esse sofrimento é relevante que os indivíduos se permitam à construção do novo ambiente, tendo em vista que esse processo possibilita a territorialização dos indivíduos que perdem os vínculos com o espaço de origem e possibilita que os indivíduos estabeleçam novos significados ao novo espaço (MEDEIROS, 2009).

Por isso, a territorialização é multidimensional, pois compreende o processo de constituição de um território e depende das ações de diversos atores sociais; e também é física e material, pois se estabelece por meio de vínculos políticos e econômicos (CANDIOTTO; SANTOS, 2009). Na concepção de Haesbaert (2007), a territorialização pode ser compreendida como um processo de exclusão socioespacial que desmaterializa espaços, deslocaliza pessoas e dissolve distâncias.

Assim, pode-se dizer que a territorialização é "[...] um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações, substantivando uma abordagem relacional e transescalar do território e da territorialidade" (SAQUET, 2007, p. 67), que sustenta a percepção de que "[...] a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização" (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 19), ou seja, os indivíduos podem mudar de um território para outro, abandonar territórios, fundar novos territórios e ressignificar sua vida a partir deste novo espaço construído por meio do processo de (des)(re) territorialização. Nesse sentido, a próxima seção discute o conceito de atores sintagmáticos, responsáveis pela territorialização do espaço e a sua constituição em um território.

3 Os atores sintagmáticos

Como mencionado, o território, ao ser constituído a partir do espaço, pode ser entendido como resultado da ação de um ator sintagmático, que o territorializa (RAFFESTIN, 1993). Em relação ao conceito de ator sintagmático, essa pesquisa adota o disposto por Raffestin (1993), que considera o ator sintagmático como o sujeito (ator-indivíduo) envolvido em diferentes relações, constituindo organizações que são controladas por ele, por meio da articulação ao longo do processo, que é promovido por relações que envolvem o poder.

Ainda segundo Raffestin (1993), dentre os atores sintagmáticos pode-se citar o Estado, as prefeituras, as associações, grandes organizações ou pequenos grupos informais, que podem atuar – por meio de uma relação de interdependência – em necessidades específicas, por um período de tempo determinado ou de maneira contínua, sendo que as atividades realizadas influenciam – direta ou indiretamente – a dinâmica e a construção do espaço e do território.

As ações do ator sintagmático podem acontecer em qualquer nível, em momentos e lugares diferentes, pois ao se apropriar de um determinado espaço, esse ator o territorializa e produz um novo território (RAFFESTIN, 1993). Assim, pode-se dizer que as ações promovidas pelo ator sintagmático se circunscrevem como elemento central no que diz respeito à análise territorial, pois conforme Raffestin (1993, p. 40):

O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para “produzir” lato sensu, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária, etc.

Com base nessas premissas, percebe-se que o ator sintagmático realiza articulações, do Estado ao indivíduo, na busca pela integração de variadas e múltiplas capacidades com o intuito de produzir diferentes territórios. Por essa razão, o Estado é o ente federativo que atua na organização espacial da cidade (CORRÊA, 2004) e “[...] se apresenta como mediador e propagador do interesse de um ou de mais agentes e possui elevada escala de poder frente a todos os outros agentes” (SCHUHARDT; CHAGAS, 2020, p. 44).

O Estado, como mediador desse processo, é entendido como um ator que está inserido em um território em constante interação com outros atores (CHAGAS; TONON, 2015). Por isso, é chamado de ator sintagmático, que atua com a finalidade para a qual foi incumbido, ou seja, organiza e controla suas ações de acordo com os objetivos estabelecidos (RAFFESTIN, 1993). Assim, na organização do Estado, é possível ter mais de um ator sintagmático incumbido de atuar em um mesmo território, de modo que juntos, esses atores influenciam a construção e a dinâmica dos elementos pertencentes ao espaço, bem como as relações de dominação, de resistência e de poder (RAFFESTIN, 1993).

Portanto, o Estado possibilita “[...] condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e

a reprodução das classes sociais e suas frações" (CORRÊA, 2004, p. 26), tendo em vista que ele também é o ator responsável pelo movimento de desterritorialização, ao imprimir a divisão do espaço por meio da organização administrativa, fundiária e residencial, fixando o homem à terra (HAESBAERT; BRUCE, 2002), ou seja, o Estado é o ator sintagmático que territorializa, desterritorializa e reterritorializa (RAFFESTIN, 1993), ao passo em que constrói e desconstrói espaços e territórios.

Partindo dessa premissa, a seção a seguir caracteriza o Programa Paraná 12 Meses, com foco no Subprograma Vilas Rurais, criado no Paraná pelo Governo Estadual na década de 1990, cujo objetivo foi melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais beneficiados pelo programa.

4 Programa "Paraná 12 meses"

O programa "Paraná 12 meses" foi criado a partir de um projeto governamental que levou em consideração as consequências do êxodo rural, sobretudo pela instauração da pobreza e migração de mais de 800 mil paranaenses, que se mudaram para outros Estados em busca de melhores condições de vida (CAVALCANTI, 2009). Assim, em 1995, o então governador Jaime Lerner criou, em parceria com o Banco Mundial, o Programa "Paraná 12 meses" – Subprograma Vilas Rurais, buscando fomentar o desenvolvimento rural ao Paraná, por meio de ações sustentáveis para a geração de emprego, combate à pobreza e melhoria nas condições de saneamento básico e moradia ao trabalhador rural e sua família (PARANÁ, 1996).

Por meio dessa parceria, o Banco Mundial garantiu o investimento de 30 mil dólares (fundo perdido), correspondente a 50% do investimento necessário para a execução do projeto, sendo que a contrapartida do Governo do Estado foi garantir a outra metade dos investimentos necessários para a implementação do Subprograma Vilas Rurais ao longo de três etapas, nos anos 1998, 2002 e 2006 (MARQUES; VERDE, 2007).

Vários atores sintagmáticos participaram dos processos para a implantação das vilas rurais no Estado: Prefeituras Municipais; COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná; CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná; EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; SECR – Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família; SUDERHSA – Superintendência de

Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental; SESA – Secretaria de Estado da Saúde; SERT – Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho; IAP – Instituto Ambiental do Paraná; SEED – Secretaria de Estado de Educação; COPEL – Companhia Paranaense de Energia; SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná [ou SAMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto] (FERNANDES; PONTE, 2002).

No escopo do projeto governamental, as vilas rurais seriam beneficiadas nos quesitos moradia, desenvolvimento e geração de renda, o que contribuiria para a melhoria das condições de vida e mão de obra do trabalhador rural, posse da terra e moradia própria, diminuição da migração rural/urbana, ampliação do acesso a bens e serviços, melhoria das condições alimentares da população beneficiada, aumento da renda familiar e integração do núcleo familiar na sociedade (MARQUES; VERDE, 2007).

As prefeituras municipais doaram as áreas rurais para a implementação do projeto governamental (CAVALCANTI, 2009), que possibilitou a construção de 405 vilas rurais no Estado e beneficiou 15.652 famílias, sendo que a territorialização dessas áreas se deu em 265 dos 399 municípios do Estado (FERNANDES; PONTE, 2002). Em Presidente Castelo Branco – PR foram construídas 3 vilas rurais, que beneficiaram 105 famílias, sendo a vila rural Silvio Faccin, foco dessa pesquisa, constituída por 24 unidades habitacionais.

As prefeituras foram responsáveis pela seleção dos beneficiários para o subprograma, por meio dos critérios constantes no escopo do projeto: ser trabalhador rural volante (boia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais; possuir renda familiar mensal de até 3 salários mínimos; estar morando em sub-habitação; e, possuir família constituída com filhos (FERNANDES; PONTE, 2002, p. 210).

Após a seleção dos beneficiados, a COHAPAR elaborou o processo de financiamento da habitação (CAVALCANTI, 2009), pelo período de 25 anos, com prestações mensais correspondente a 20% do salário mínimo vigente, sendo que somente após a quitação do financiamento os beneficiários receberão o título de propriedade (FERNANDES; PONTE, 2002).

Assim, o subprograma Vilas Rurais foi desenvolvido com foco no alívio da pobreza no meio rural, buscando fomentar o desenvolvimento social por meio do retorno do trabalhador rural e de sua família ao campo, em um espaço de terra de

5.000 m², com uma casa de 44,56 m², em alvenaria, em uma área rural próxima ao espaço urbano (FERNANDES; PONTE, 2002), o que possibilitaria o acesso aos serviços oferecidos pela cidade e aos demais centros consumidores (MARQUES; VERDE, 2007).

5 Percorso metodológico

Essa seção descreve o percurso metodológico utilizado ao longo da realização da pesquisa, com vistas a atingir o objetivo de compreender como a atuação dos atores sintagmáticos do Programa “Paraná 12 meses” afetou a (des)(re) territorialização dos moradores da Vila Rural Silvio Faccin, no município de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, Brasil.

Optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2005), descritiva (SEVERINO, 2007), com abordagem temporal e perspectiva longitudinal (VIEIRA, 2004), tendo em vista a proposta de analisar o Programa “Paraná 12 meses” com foco na realidade de uma vila rural, para se compreender como aconteceu o processo de (des)(re) territorialização dos moradores.

Utilizaram-se dados primários e secundários, sendo os dados primários provenientes de entrevistas semiestruturadas (MARCONI; LAKATOS, 2008) junto aos beneficiados pelo subprograma Vilas Rurais; e, os dados secundários provenientes de pesquisas já realizadas sobre o Programa “Paraná 12 meses” e por meio de leis municipais/estaduais específicas sobre o Subprograma Vilas Rurais.

Para a coleta dos dados primários, foram levantados os possíveis sujeitos da pesquisa. Das 24 unidades habitacionais existentes na vila rural Silvio Faccin, escolhida aleatoriamente para a pesquisa, uma delas encontra-se vazia e, das 23 restantes, não foram encontrados os moradores de 6 unidades habitacionais, que de acordo com os vizinhos são pessoas que trabalham na cidade e só residem na vila rural. Desse modo, das 17 residências, 6 moradores não quiseram participar da pesquisa; 5 moradores responderam à pesquisa presencialmente; 6 aceitaram participar da pesquisa por meio de ligação telefônica, mas destes, somente 5 atenderam as ligações; totalizando 10 participantes.

No momento de realização das entrevistas, a partir da observação direta e da fala de um entrevistado, percebeu-se a necessidade de buscar informações complementares junto ao Poder Legislativo do Município, sendo também realizada uma entrevista com um vereador da legislatura 2017-2020, agendada por contato telefônico e realizada presencialmente.

As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021 e as que ocorreram de forma presencial (com visitas *in loco*) foram gravadas com autorização dos respondentes. Já as realizadas por telefone foram registradas por meio de anotações de texto. Para preservar a identidade dos moradores da vila rural, optou-se por codificá-los em E1, E2, E3, ..., E10; e o vereador não recebeu codificação e seu nome não foi citado. Quando reportadas as falas dos entrevistados, optou-se por elencá-los como masculino e feminino ("entrevistado" e "entrevistada"), para facilitar a compreensão em relação ao gênero.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), por meio das seguintes categorias analíticas: a) percepções e motivos da mudança (caracterizando o processo de desterritorialização); b) percepções sobre o novo território (reterritorialização); e c) percepções sobre a estrutura e acesso aos serviços básicos (territorialização), com o propósito de se atingir o objetivo proposto.

6 Apresentação e análise dos resultados

Essa seção busca apresentar os dados obtidos, com foco em demonstrar como a atuação dos atores sintagmáticos do Programa "Paraná 12 meses" afetou a (des)(re) territorialização dos moradores da vila rural Silvio Faccin, em Presidente Castelo Branco – PR. Para tanto, apresentam-se os dados da vila rural e de seus moradores, seguido da análise do processo de (des)(re) territorialização.

6.1 A vila rural Silvio Faccin

O município de Presidente Castelo Branco foi contemplado com três vilas rurais: vila rural Angelim Avanci (302.500,00 m²), localizada na Rodovia Urbano Pedroni a 5,0 quilômetros da cidade, foi constituída em agosto de 1996 e possui 49 unidades habitacionais; vila rural Pedro dos Santos (242.000,00 m²), localizada na sequência da vila rural Angelim Avanci a 5,40 quilômetros da cidade, foi constituída em junho de 1998 e possui 32 unidades habitacionais; e, a vila rural Silvio Faccin (183.011,94 m²), localizada na Estrada Suzana a 2,90 quilômetros da cidade, foi constituída em julho de 1999 e possui 24 unidades habitacionais.

Ao todo, as três vilas rurais existentes no município contemplaram 105 famílias. No entanto, o foco dessa pesquisa é a vila rural Silvio Faccin, a mais próxima da cidade, que contemplou 24 famílias desde o ano de 1999.

6.2 Os indivíduos por trás dos dados: os moradores da vila rural

A vila rural Silvio Faccin possui 24 unidades habitacionais, porém uma delas encontra-se desabitada. Das 23 chácaras habitadas, 7 possuem moradores aposentados, 14 possuem moradores que trabalham na cidade ou em outras cidades, 1 chácara possui um barracão de seleção e lavagem de laranja a granel para comercialização na região e 1 chácara possui espaço de lazer com salão de festa e piscina para aluguel, de acordo com a entrevistada E1.

A partir da fala da entrevistada E1, percebe-se que a vila rural Silvio Faccin acabou se tornando um território em que seus moradores têm que exercer outras atividades na cidade, de modo que para a maioria dos moradores, essa prática se tornou a principal ocupação produtiva, pois não conseguem sobreviver somente do espaço de terra da vila rural. Assim, pode-se dizer que a vila rural se descaracterizou da proposta inicial de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais, da minimização da pobreza, geração de emprego e desenvolvimento a essa parcela da população, como descrito por Cavalcanti (2009), sendo considerada por alguns moradores como sendo uma vila “urbana” camuflada com algumas características rurais, principalmente aquelas voltadas ao aspecto da localização.

Quando do lançamento do programa, a seleção aconteceu por meio de cadastro na Câmara Municipal, que organizou uma equipe para visitar as famílias cadastradas para que fosse possível fazer a seleção. Assim, a entrevistada E3 disse que já havia feito inscrição para as outras vilas rurais que foram implantadas em 1996 e 1998, mas que não foi selecionada naquele momento. No entanto, relatou que quando soube da vila rural Silvio Faccin, fez novamente a inscrição e comemorou que naquele momento foi selecionada.

Dos 10 entrevistados, apenas 3 deles residiam em outros sítios/fazendas da região, como caseiros ou trabalhadores rurais; mas de acordo com o entrevistado E7, as famílias selecionadas que não moravam em outros sítios/fazendas, eram moradores da cidade que trabalhavam como boias-frias e outros trabalhavam no comércio, mas tinham histórico de moradia na zona rural.

A entrevistada E1 comentou que teve pessoas que foram selecionadas e que desistiram, devolvendo então o lote para a Prefeitura Municipal, que o destinou para outras famílias. Mas, de acordo com ela: “Deus escreve direito por linhas tortas, porque prefiro ter sido selecionada nessa vila rural e não nas outras, e que bom que no final deu tudo certo, porque eu adoro morar na vila”.

A entrevistada E5 se mudou para a vila rural quando seu filho adquiriu os direitos de uso, há pouco mais de 5 anos, mas disse que “se não tivesse mudado pra cá, acho que eu teria morrido, tenho depressão, eu não me sentia bem na cidade, as pessoas não me acolhiam, então isso aqui pra mim é uma paz, uma terapia, minha vida mudou”. Essa percepção da entrevistada E5 é compartilhada por muitos moradores da respectiva vila rural, que mesmo não conseguindo sobreviver somente com os recursos que a vila rural proporciona, gostam de viver naquele espaço que passou a ter significado, confirmando a percepção de Haesbaert (2007), de que a apropriação e identificação de um território, seja ele material/imaterial pode acontecer por um indivíduo ou por um grupo de pessoas.

6.3 O processo de (des)(re) territorialização dos moradores

Como descrito por Haesbaert (2007), a desterritorialização consiste no abandono do território anterior para adentrar em um novo território, ou seja, consiste na perda do território material e imaterial, além da perda das referências. Assim, quando questionados sobre esse processo de mudança, todos os entrevistados relataram empolgação para a nova realidade por meio de suas percepções e seus motivos para a mudança – a desterritorialização.

Ao receber a notícia de que seria implantada uma nova vila rural no município, o entrevistado E2 disse que pensou que aquela seria a oportunidade de ter uma propriedade, uma casa própria, poder plantar, criar animais, etc.; assim, buscou informações e realizou o cadastro na Câmara Municipal, recebeu visita dos representantes do Prefeitura e foi selecionado, pois era trabalhador rural; e em relação ao espaço vivido antes, ressaltou que morava de aluguel na cidade.

Para o entrevistado E8, pagar a parcela de financiamento para a COHAPAR foi melhor do que continuar pagando aluguel na cidade, porque a hora que terminar, aquela propriedade será dele; e que se não fosse por meio desse programa social do governo, não teria condições de possuir uma moradia própria. Para ele: “morando perto da cidade, posso trabalhar em empresas na cidade ou em outras cidades e depois que chegar, ainda posso plantar verduras, tratar das galinhas, dos porcos, enfim, é um passatempo que garante renda ou consumo próprio”.

Quando selecionado, o entrevistado E6 ressaltou que ficou empolgado, pois sabia que teria vizinhança e que no sítio onde morava, além de ser longe de tudo, não tinha ninguém por perto para compartilhar momentos e nem mesmo para

buscar socorro. O entrevistado E4 também afirmou que aceitou se mudar para a vila rural para não pagar mais aluguel, tendo em vista que o lote foi financiado pela COHAPAR e que pagaria bem pouco para morar em um lugar que um dia seria dele.

O entrevistado E9 não se preocupou com a perda de suas referências do território anterior, pois disse que não tem apego às coisas e que ao morar em um espaço que seria dele, poderia deixar a vila rural com a sua cara, com as características que são agradáveis para o viver bem. Assim, abandonar o local que vivia antes não foi algo ruim, pois como disse: “temos que olhar pra frente, perceber as boas oportunidades”.

Quanto aos aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais propostos por Saquet (2007), percebeu-se que foram os aspectos materiais e simbólicos que motivaram a desterritorialização dos moradores da vila rural Silvio Faccin, pois boa parte dos moradores possuía ligação direta com o trabalho rural e que a dimensão econômica causou o maior peso no momento da decisão, principalmente por terem condições de pagar uma parcela baixa para o acesso à propriedade própria, com moradia e espaço para desenvolver atividades rurais.

A partir dos depoimentos dos entrevistados, percebeu-se um encontro ao pensamento de Medeiros (2009), de que a desterritorialização pode ser entendida como um processo que interfere nas raízes sociais e culturais do cotidiano dos indivíduos, fazendo com que estes percam os significados [concretos e simbólicos] em relação ao espaço ocupado e, depois desse processo, sabem que haverá um processo de reterritorialização, no qual o indivíduo buscará estabelecer seus vínculos e criar ressignificações e redimensionamentos que substituirão aqueles pertencentes ao espaço ocupado anteriormente.

Em face desse cenário, os moradores da vila rural resgatam em suas memórias os significados anteriores, pois a grande maioria desses moradores possui uma estreita ligação com o cotidiano do ambiente rural. E mesmo que em algum momento de suas vidas tiveram que habitar a cidade, ressignificaram esse processo e puderam retornar ao campo por meio das ações governamentais do Programa Paraná 12 meses, o que garantiu à maioria desses moradores o retorno a um ambiente favorável que os remete à própria “identidade original”.

Sobre o sentimento de chegada no novo espaço, percebeu-se que para não perder as referências do espaço anterior, muitos moradores levaram consigo mudas de flores e frutas para poder reproduzir simbolicamente a realidade vivida no

ambiente anterior. Assim, a entrevistada E1 disse que quando chegou na vila rural “estava quase pronto, mas faltava ligar a água, a energia, eu tinha que descer lá no rio pra lavar roupa e buscar água pra ferver pra poder beber e também pra tomar banho”. E acrescentou que apesar dessa dificuldade, começou a limpar o espaço, plantar frutas e flores que trouxe de sua residência anterior e que, semanas depois, a EMATER doou várias mudas de árvores e de frutas para o início das atividades.

Além de trazer mudas e sementes que possuía no sítio onde morava, o entrevistado E6 trouxe também os animais domésticos, algumas galinhas e porcos, depois que construiu um galinheiro e um chiqueiro. Para ele, isso representa fartura, e disse que “[...] nos momentos de dificuldade financeira, a gente pode matar esses animais para se alimentar, assim é difícil a gente passar dificuldade, porque o bom da área rural é isso, a gente sempre tem fartura das coisas”. O entrevistado E4 também pensa assim, disse que é bom morar na vila rural, pois

[...] aqui temos espaço, podemos plantar, ter horta, pomar, jardim, criar animais domésticos e animais para consumo, tipo porco e frango caipira. Com isso a gente economiza no supermercado. Então, mesmo que o dinheiro seja pouco, morando aqui temos fartura, não passamos dificuldade.

Em relação à facilidade/dificuldade de ter vizinhos, a entrevistada E1 destacou que:

Eu nem senti diferença quando mudei pra cá, porque na Fazenda Cocamar era uma colônia, eu tinha um monte de vizinhos, então aqui foi fácil de acostumar, ainda mais sabendo que é um espaço da gente, que mesmo que a gente paga um pouquinho por mês, a gente sabe que um dia vai ser nosso, nós vamos poder dizer que temos uma casa e uma propriedade, mesmo que é pequena, vai ser nossa [...] Aqui todo mundo se dá bem, temos amizade com todos os moradores, sabemos quem mora em cada casa, de todas as chácaras daqui. Isso também é bem legal, porque dá confiança, a gente sabe se chega um carro estranho, porque a gente conhece todo mundo.

Essa realidade é compartilhada por quase todos os moradores, pois de acordo com o entrevistado E6: “Eu me adaptei bem fácil aqui, porque no sítio que eu morava não tinha vizinho perto, aqui, com todo mundo morando perto foi bem fácil pra acostumar, porque é muito bom ter vizinho”. O entrevistado E7 compartilha dessa percepção, pois disse que “morar aqui é um sossego, não tem bagunça, os vizinhos são bons, todos se conhecem, um ajuda o outro”. Além desses moradores, a entrevistada E5 disse que gosta da vila rural e que não existe lugar melhor para se morar; e o entrevistado E9 disse que é um lugar seguro e que não tem roubos.

Para a entrevistada E3, quando chegou na vila rural, procurou a Secretaria de Agricultura do município e regularizou sua atividade como produtora rural, fez o cadastro de produtor rural (CAD-PRO) e pôde comercializar o excedente de sua produção, vendendo em Supermercados e Mercarias locais, porque com o CAD-PRO podia fornecer Nota Fiscal de Produtor Rural. E comemorou dizendo que ao completar idade, conseguiu se aposentar como produtora rural por ter todos os comprovantes de atividades rurais ao longo de sua vida e que as atividades na vila rural possibilitaram a ela complementar o tempo de contribuição que faltava para aposentar.

A entrevistada E1 não compartilha da mesma percepção positiva de muitos moradores, pois disse "a gente é meio esquecido aqui, sei lá... parece que só existem benefícios para quem mora na cidade"; o entrevistado E2 também estabelece uma crítica ao dizer que "na cidade era bem melhor do que aqui, pelo menos lá eu tinha acesso às coisas que eu precisava, aqui tudo é longe, tudo é mais difícil, ninguém ajuda a gente, parece até que estamos esquecidos aqui, abandonados!".

Outro aspecto negativo é registrado pelo entrevistado E4, que disse que a vila rural "[...] podia ter uma estrutura melhor, tipo um campo de futebol para as crianças, um salão comunitário para rezar missas e fazer festas, sei lá.... algo a mais pra gente, porque às vezes penso que somos esquecidos aqui". Nesse sentido, o entrevistado E10 tem esperança na nova gestão municipal, e espera que o novo prefeito, que assumiu em 2021, tenha um olhar diferente para os moradores da vila rural, de apoiar e beneficiar quem mora naquele território.

Assim, as percepções sobre a entrada no novo território, a apropriação do espaço, as facilidades/dificuldades na adaptação, a impressão de suas vivências, bem como a identidade e o simbolismo foram aspectos evidenciados pelos moradores da vila rural, que são sustentados na percepção de Haesbaert (2007), de que o processo de reterritorialização acontece quando os indivíduos constroem um novo território, impregnando a pertença, criando mecanismos que possibilitem a identificação com o novo território, desenvolvendo uma nova territorialidade por meio de modificações físicas/simbólicas com características do território anterior.

Como a sensação de estar feliz com o novo território não é compartilhada por todos os moradores, pois alguns deles se sentem esquecidos em alguns aspectos, resta a eles a possibilidade de reorganização e modificação do espaço vivido, confirmando a teoria de Haesbaert (2016), de que com a reterritorialização novos

territórios são organizados; e também de Pereira e Carrieri (2005), de que é por meio da criação/estabelecimento de novos vínculos, em substituição aos vínculos da moradia anterior, que se estabelecem novas territorialidades.

Quando indagados sobre a estrutura da vila rural e acesso aos serviços básicos oferecidos pela cidade, o entrevistado E4 enfatizou que não é possível sobreviver trabalhando apenas com a renda proporcionada pela vila rural, pois mesmo que haja a produção de excedentes para comercialização, não há apoio/incentivo (por parte do poder público local) para fomentar o fornecimento para comércios locais e nem para participar da Feira do Produtor e relatou que

[...] várias pessoas só moram aqui, só dormem aqui, trabalham na cidade e também tem um morador que era o maior produtor de hortaliças daqui, mas sem apoio, desistiu da atividade, construiu uma piscina e um salão de festa pra alugar, pra tentar aumentar a renda da família, já que somente com as verduras não deu! (Entrevistado E4).

Ainda sobre esse aspecto, a entrevistada E1 disse que produz verduras, pães e peixes, vende o excedente de produção na cidade (seu marido leva de carro e vende nos bairros), mas mesmo tendo o CAD-PRO e Nota Fiscal do Produtor rural, sente dificuldade para fornecer aos supermercados da cidade, pois

A gente capricha, cuida, tem variedade de verduras, tem os documentos para fornecer, mas quando a gente vai nos mercados, não compram. Eles preferem comprar verduras murchas no CEASA [centrais de abastecimento] em Maringá do que comprar da gente. Uma vez meu marido levou as verduras e deixou pra receber depois, no dia de receber, o comerciante devolveu um monte de pé de alface murcho e disse que não vendeu nada, aí não pagou a gente. É muito difícil sem apoio, sem ajuda. O que salva a gente hoje é o zap-zap. Tem muita gente que me manda mensagem e faz a encomenda, aí a gente prepara e meu marido leva na cidade. Também tem muito freguês da cidade que vem buscar aqui e já aproveita pra passear e levar verdura fresquinha (Entrevistada E1).

[...] a prefeitura já não ajuda mais, nem a EMATER, não fazem quase nada pela gente, parece até que estamos esquecidos aqui, não temos apoio pra nada, mesmo que é perto da cidade, se não temos carro, dependemos de carona pra ir na cidade ou vamos a pé mesmo pra comprar o que precisamos, ou ir no postinho de saúde ou no hospital, na igreja, tudo né, aqui a gente não tem nada do que a cidade tem (Entrevistado E4).

Quando era pra gente vir pra cá, o pessoal da prefeitura disse que ia ser bom, que ia ter apoio, ia ter tudo. Hoje, depois de todo esse tempo, não temos nada, nenhum apoio. Quando precisamos, temos que chorar muito pra vir um maquinário aqui, adubo então... esse nem vem, eles não dão mais. É triste saber que foi diferente do que eles falaram, que abandonaram a gente (Entrevistado E6).

Aqui nós não pagamos água pelo consumo, é uma taxa única; mas a energia que deveria ser rural – não é! Ouvi dizer agora que foi feita a urbanização da vila rural por causa dos documentos que não saem, porque a área é muito pequena [5.000m²], que não enquadra como área rural; aí, pra arrumar um erro deles, eles cometem outro erro, porque desse jeito, sendo um área urbana, se o prefeito quiser, disseram que ele pode cobrar a água pelo consumo e também cobrar IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano] da gente. Agora imagina, se já não está fácil, pode ficar bem pior. A gente pode ficar mais prejudicado ainda porque a gente não tem os mesmos benefícios dos moradores da cidade, não temos quase nada aqui, então não é justo pagar as coisas igual quem mora lá! (Entrevistado E7).

Ante o exposto, é possível confirmar a falta de apoio por parte da Prefeitura Municipal (ator sintagmático local), que não incentiva e nem desenvolve ações para a melhoria das condições de vida dos moradores, elemento mais enfatizado no escopo do Programa “Paraná 12 meses” – subprograma Vilas Rurais; demonstrando que na prática o programa não se desenvolveu da forma como foi planejado, desviando-se do escopo original.

A partir da fala do entrevistado E7, buscou-se informações com um vereador, que relatou que a Câmara Municipal foi orientada pela COHAPAR a aprovar uma Lei Municipal urbanizando as vilas rurais para atender a necessidade de resolução dos problemas documentais do Programa “Paraná 12 meses”. Segundo o vereador, a Lei n. 674/2005, de 10/06/2005, declara área de urbanização específica os imóveis das vilas rurais do Município; e a Lei n. 1.095/2019, de 02/12/2019, autoriza o Poder Executivo Municipal instituir o parcelamento do solo do programa Vilas Rurais e ratifica o artigo 4º da Lei n. 674/2005, que cria a área de urbanização específica no Município. Para o vereador, essa legislação possibilitará registrar os lotes da vila rural como áreas urbanas, para que os beneficiários tenham acesso à documentação de posse.

De acordo com o artigo 4º da referida lei, os imóveis decorrentes da implantação do programa Vilas Rurais sobre os terrenos descritos no artigo 1º da lei [que especifica as áreas das três vilas rurais como urbanizadas no município] ficam isentos da cobrança do IPTU; porém, o parágrafo único dispõe que “[...] havendo transferência irregular e/ou desvirtuamento da finalidade do programa dos imóveis da vila rural, será cobrado o IPTU, obedecendo os critérios já estabelecidos em Lei Municipal”.

No que diz respeito à urbanização, o vereador frisou que aconteceu pelo fato de que por serem considerados menores do que o módulo rural do município

(20.000m²), as chácaras da vila rural não podem ser consideradas como área rural; porém, essa ação da esfera pública criou a possibilidade de cobrança de IPTU dos moradores das vilas rurais, o que contradiz a proposta inicial do programa do governo, que instituiu as vilas rurais no Estado do Paraná. Todavia, de acordo com o vereador, caso venha a ser cobrado o IPTU, somente será incidido nas propriedades que se desvirtuaram da proposta original, ou seja, aquelas que não desenvolvem atividades rurais.

Caso em algum momento o poder público municipal tome a decisão de cobrar o IPTU (imposto urbano) do morador da vila rural (área rural), o morador terá que reconfigurar sua existência naquele território, passar por uma nova reterritorialização, outra configuração de vivência (urbanização da vila rural), tendo em vista que tratar o rural como se fosse urbano, mas sem o acesso aos serviços oferecidos pela cidade, fere a proposta inicial do programa e evidencia que mesmo a territorialidade sendo uma conquista do indivíduo, o Estado [ator sintagmático], pode interferir nesse processo.

Para não haver a cobrança de IPTU é preciso que não haja o desvirtuamento da atividade principal desenvolvida pelos moradores da vila rural. No entanto, o desvirtuamento é visível em apenas duas chácaras, tendo em vista que por meio de visita *in loco*, em observação direta e por meio das falas dos moradores, constatou-se que uma das chácaras desenvolve atividade agroindustrial em um barracão construído para lavagem e seleção de laranja; e a outra, possui piscina e salão de festa para aluguel. Mas existem chácaras que não desenvolvem nenhuma atividade, pois os moradores trabalham na cidade e somente residem na vila rural.

Nas demais chácaras, que não desvirtuaram as atividades, são desenvolvidas culturas associadas à trajetória de vida e experiência dos moradores, sendo uma consequência do processo de reterritorialização, pois estes construíram o espaço de acordo com suas vontades, conhecimentos e aptidões rurais anteriores, sendo que dentre os cultivos visualizados, constatou-se: verduras em geral, banana, feijão de corda, mandioca, maracujá, tomate, café, coco, colorau, etc., além de galinhas e frangos caipira, porcos, peixes e vacas leiteiras.

Como a territorialização é entendida como apropriação do território, o enraizamento do indivíduo (concreta/simbolicamente) em um determinado espaço, depois de passar pelo momento de estranhamento e adaptação, se acostuma com o novo território, confirmando a teoria de Haesbaert (2007), de que os indivíduos, ao

se aproximarem de um determinado território dão início aos processos de territorialização, ou seja, de apropriação, tanto em níveis materiais quanto simbólicos, por meio da reprodução das relações sociais.

Quanto à descaracterização de algumas chácaras em relação ao que consta no escopo do programa inicial, a urbanização das vilas rurais abriu o precedente para a cobrança do IPTU, cobrança da água pelo consumo e cobrança de energia com tarifas urbanas. Assim, ao tratar o espaço rural como sendo uma extensão do espaço urbano, mas sem os mesmos benefícios, evidencia-se a prática de segregação por meio de ações dos atores sintagmáticos locais, pois conforme Corrêa (2004), o Estado também pode interferir na segregação residencial, contribuindo para a ampliação das diferenças sociais.

Nesse sentido, tratar esses moradores (espaço rural) de forma equivalente aos moradores da cidade (espaço urbano) contribui para com o enfraquecimento do campo e da política pública que deu origem a esse programa, pois como descreve Fernandes e Ponte (2002), considerar a vila rural como "urbanização" do campo é uma prática que nega a reprodução desse espaço rural e pode se transformar em uma política pública paliativa, tendo em vista que muitas vezes os interesses dos atores sintagmáticos não correspondem às necessidades dos trabalhadores rurais no que diz respeito ao emprego e incentivo para a agricultura familiar.

Evidenciou-se, assim, a pluriatividade dos moradores da vila rural como uma estratégia para sobrevivência, tendo em vista que a vila rural não oferece condições para garantir o sustento das famílias, fazendo-as buscar trabalho e renda em outras atividades urbanas. Além disso, por estar afastada do espaço urbano e distante do acesso aos serviços básicos necessários aos moradores, as ações dos atores sintagmáticos na urbanização da vila rural demonstram práticas de segregação, além de estar criando uma nova periferia, totalmente dispersa do contexto e da realidade territorial que o originou.

Assim, percebeu-se que a vila rural é considerada como um território de abandono por parte dos atores sintagmáticos que se envolveram na implementação do Programa "Paraná 12 meses", pois não existe apoio por parte do poder público (local/estadual) no sentido de fomentar atividades produtivas que mantenham o trabalhador no lote em que foi instalado. Esses trabalhadores têm que sair de seu território para trabalhar na cidade e garantir o sustento de sua família, fato que corrobora a percepção de Chagas e Tonon (2015), de que o espaço se subordina à

lógica de mercadoria, pois nesse contexto, os moradores da vila rural estão sujeitos aos interesses da burguesia; e também, como descrito por Fernandes e Ponte (2002), esses moradores passam a ser vistos como reserva de mão de obra para a extração da mais-valia.

Dessa forma, ao serem “excluídas da cidade”, as famílias se viram obrigadas a buscar novas formas de reterritorialização e territorialização, pois como descrito por Bernardo e Ichikawa (2019), ao modificar o território, os indivíduos modificam também suas próprias identidades por meio dos sentimentos envolvidos nesse processo, de modo que se estabeleça uma relação de posse e apropriação. Assim, cabe o pensamento de Santos (2006), de que o território deve ser o fundamento do trabalho, lugar da residência, das trocas materiais, espirituais e do exercício da vida.

Ante o exposto e por meio das premissas de Santos e Silveira (2006), de que o espaço é construído social e historicamente, percebe-se que após 21 anos de existência, a vila rural se tornou um território totalmente diferente daquele proposto pelo Programa “Paraná 12 meses”. O Estado – como ator sintagmático – ao não cumprir com as propostas, contribuiu para que houvesse o desvirtuamento da finalidade de algumas chácaras da vila rural. Com isso, esse espaço pode ser visto como um território de abandono pelo Estado (incluindo a esfera municipal), de forma que não pode ser compreendido como um modelo de reterritorialização para os trabalhadores rurais, pois pode apresentar algum problema na relação social ou cultural dos moradores (HAESBAERT, 2007); ou como descrito por Raffestin (1993), ao territorializar um espaço, o território construído passa a ser a prisão que os homens constroem para si.

7 Considerações finais

Ao término da pesquisa, foi possível compreender como os atores sintagmáticos do Programa “Paraná 12 meses” afetaram a (des)(re) territorialização dos moradores da vila rural, por meio de discrepâncias em relação à proposta inicial e à realidade observada após 21 anos de implantação da vila rural Silvio Faccin, em Presidente Castelo Branco – PR, o que atesta o alcance do objetivo proposto.

Embora o Programa “Paraná 12 meses” tenha um caráter rural, com o passar do tempo, os atores sintagmáticos passaram a tratar esse território por meio de políticas urbanas, como a urbanização da vila rural para a regularização documental, que abriu precedentes para cobrança de IPTU dos moradores da vila rural (um

imposto urbano aplicado em um território rural). Assim, a realidade evidenciada demonstra que se tornou um programa urbano de um território que é, na sua essência, rural. Por meio da lei de urbanização, a vila rural pode passar a ser vista como um bairro afastado da cidade (periferia), que promove a segregação das famílias beneficiadas por um programa governamental que foi totalmente descaracterizado de sua proposta social inicial.

Portanto, a atuação dos atores sintagmáticos – por meio de ações ao longo dos anos, desde a implementação do programa governamental – afetou a (des)(re) territorialização dos moradores da vila rural Silvio Faccin, por meio da proposta de políticas públicas de inclusão social, moradia e geração de emprego que não se estabeleceram da forma preconizada no escopo do projeto original. Essas evidências corroboram a percepção de Fernandes e Ponte (2002), de que o interesse dos atores sintagmáticos se resume aos interesses da classe dominante que, por meio do aparato institucional, legitima as estratégias que podem ou não beneficiar as necessidades desses moradores, sendo guiadas pela lógica do capital.

Quanto às categorias analíticas da pesquisa, as percepções e motivos da mudança por parte dos moradores evidenciaram o processo de desterritorialização; as percepções sobre o novo território evidenciaram o processo de reterritorialização; e, as percepções sobre a estrutura e acesso aos serviços básicos evidenciaram o processo de territorialização, de modo que as evidências nos relatos dos moradores reafirmaram as premissas de Raffestin (1993), de que o território, ao ser constituído a partir do espaço, pode ser entendido como resultado da ação de um ator sintagmático, que o territorializa.

Tais evidências foram fortemente corroboradas por alguns moradores que relataram o descaso e a percepção de que estão abandonados naquele território, tendo em vista que a proposta inicial passou a ser negligenciada por parte dos atores sintagmáticos que participaram das etapas da implementação do subprograma Vilas Rurais, sendo que a reterritorialização desses moradores pode ser alterada em virtude de ações dos atores sintagmáticos, que favorecem práticas cada vez mais sólidas de segregação em um espaço rural, que por muitos é visto como um “território de abandono”.

Ante o exposto, percebeu-se que sem o apoio dos atores sintagmáticos locais, sem benefícios aos moradores e sem a implementação de políticas públicas que tratem os moradores da vila rural como – de fato – um espaço rural, fará com que

haja cada vez mais novos processos de desterritorialização. Como salientado anteriormente, os atores sintagmáticos são responsáveis por esse movimento de desterritorialização, que cada vez mais afeta o cotidiano desses indivíduos, que se veem obrigados a buscar novas oportunidades para a melhoria da qualidade de vida, por meio de emprego e renda, evidências que também corroboram a teoria apresentada nesse artigo, de que os atores sintagmáticos são os responsáveis pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, ao passo em que constroem e desconstróem espaços e territórios.

Como sugestões para trabalhos futuros, aponta-se a possibilidade de estender esse estudo para outras vilas rurais do Estado do Paraná, de forma a compreender o processo TDR em outros espaços rurais, suas configurações territoriais e as relações sociais que se dão sobre esses espaços. Também se aponta a possibilidade de investigar outros problemas oriundos da implementação das vilas rurais no estado, sobretudo em função deste território passar a ser tratado a partir de políticas urbanas, como relatado no artigo. Coloca-se também a perspectiva de relacionar os achados dessa pesquisa com a realidade exterior à vila rural, sobretudo as relações dos moradores da vila rural Silvio Faccin e outros atores inseridos na cidade de Presidente Castelo Branco – PR.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDO, Patrícia; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Multiterritorialidades e relações de poder nas cidades. In: SARAIVA, Luiz A. Silva; ENOQUE, Alessandro G. (org.). **Cidades e Estudos Organizacionais**: um debate necessário. Ituiutaba: Barlavento, 2019. p. 105-133.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SANTOS, Roseli Alves dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340.

CARLOS, Ana Fani Alexandri. A virada espacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 7-16, dez. 2015.

CAVALCANTI, Afonso de Sousa. As Vilas Rurais do Paraná: experiência em assentamento planejado. **Diálogos e Saberes**, Mandaguari, v. 5, n. 1, p. 81-92, 2009.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; TONON, Juliana Previatto Baldini. As disputas pelo território para a implantação do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). In: Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (SIMPPA), 1, 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. PONTE, Karina Furini da. As Vilas Rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 113-126, jul./dez., 2002.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. Niterói, **Revista GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 1-15, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Lenita Maria; VERDE, Valéria Villa. **Avaliação de impacto socioeconômico das atividades comunidades rurais pobres e Vilas Rurais do componente desenvolvimento da área social do projeto Paraná 12 Meses.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 112, p. 187-193, jan./jun., 2007.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço e identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-227.

PARANÁ, Governo do Estado. **Projeto Paraná 12 Meses:** manual operativo. Curitiba: 1996.

PEREIRA, Denise de Castro; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-17, jan/jul, 2005.

PEREIRA, Jaiane Aparecida; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; BANKUTI, Sandra Mara S. Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Localizado: o Caso da Uva no Município de Marialva-PR. **Revista Administração Pública E Gestão Social**, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 107-125, 2019.

PRESIDENTE CASTELO BRANCO. **Lei nº 674, de 10 de junho de 2005.** Declara área de urbanização específica os imóveis das Vilas Rurais do Município de Presidente Castelo Branco – PR. Presidente Castelo Branco: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/1183/100418081155_6742005__declara_area_de_urbanizacao_especifica_os_imoveis_de_.pdf.pdf. Acesso em 9 jan. 2021.

PRESIDENTE CASTELO BRANCO. **Lei nº 1.095, de 02 de dezembro de 2019.** Autoriza o Poder Executivo Municipal instituir o parcelamento do solo do Programa Vilas Rurais.

Presidente Castelo Branco: Câmara Municipal, [2019]. Disponível em:
http://www.controle municipal.com.br/inga/sistema/arquivos/1183/091219162742_lei_1095_vila_rural_pdf.pdf. Acesso em 9 jan. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 27-35.

SCHUHARDT, Oscar Luiz; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. O direito à cidade em discussão: a luta pelo direito de ter direitos. **RAU/UEG – Revista de Administração da UEG**, Anápolis, v. 11, n. 1 jan./abr., p. 39-54, 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-28.